

## PRIMEIRO AQUI ERA SÓ ÍNDIO! Uma contribuição à etno-história Nambiquara

*Anna Maria Ribeiro F. Moreira da Costa<sup>1</sup>*

Primeiro aqui era  
só índio!  
Não tinha americano,  
brasileiro, FUNAI.  
Nada! Era só índio...  
Aí o americano chegou,  
passou três luas e veio  
o civilizado.  
Civilizado ... máquina ...  
trator ... caminhão.  
Fizeram estrada, derrubaram  
muito pau, botaram fogo.  
E aí começou: capim,  
capim, capim,  
Caminhão, vaca, vaca,  
fazenda, arame, arame ...  
Aí vieram mais civilizados,  
caminhão, vaca, vaca ...  
Civilizado brasileiro  
muito, muito!  
Por quê? Por quê? <sup>(2)</sup>

Um artigo que se propõe a apresentar uma análise etno-histórica dos Nambiquara torna-se oportuno, na medida em que há uma grande complexidade na forma em que os vários grupos Nambiquara se organizam, fazendo-se mister compreendê-los melhor. Por outro lado, existe uma produção significativa sobre eles, amparada em fontes primárias e secundárias, mas o acesso a ela é muito restrito por achar-se dispersa. Encontrar estudos como os de Desidério Aytai, Adalberto Holanda Pereira, Claude Lévi-Strauss, Luiz de Castro

Faria, Paul Aspelin, Kalervo Oberg, Paul David Price, Marcelo Oppido Fiorini, dentre outros, é uma tarefa que requer tempo e persistência. E, no que diz respeito às publicações produzidas pelos integrantes da Comissão Rondon e do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, este cenário não difere tanto do anterior <sup>(3)</sup>.

Ao analisar a produção bibliográfica e documental para a realização desta abordagem etno-histórica, os estudos direcionaram-se para o ano de 1907, quando Cândido Mariano da Silva Rondon, juntamente com integrantes da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato-Grosso ao Amazonas, também conhecida por Comissão Rondon, adentrou no território tradicionalmente ocupado pelos grupos Nambiquara da Chapada dos Parecis: Halotesu, Wakalitesu, Sawentesu e Kithaulhu.

O marco final, a década de 80, indica o pronunciamento do Partido do Movimento Democrático Brasileiro-PMDB, na Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, que denunciou a situação dos índios Nambiquara, especialmente os grupos do Vale do Guaporé, em relação à instalação de vinte e duas empresas agropecuárias que ameaçavam extinguir esses índios. Nessa época, dados registraram uma grande depopulação entre os tão temidos guerreiros, conforme outrora eram conhecidos os Nambiquara. Numa luta desigual, seus arcos-e-flechas não conseguiram impedir a chegada das armas de fogo, das máquinas, dos produtos químicos, do sarampo e de tantas outras armas silenciosas de destruição e dizimação.

No percurso desta abordagem, a análise encontra-se apoiada em torno de indicações teórico-metodológicas de Edgard Ferreira Neto, atentando principalmente para o conceito atribuído à etno-história, entendida como uma “história de inevitáveis e permanentes contatos culturais direcionada ao estudo dos grupos étnicos e de suas interações mútuas” <sup>(4)</sup>.

O entendimento do contato dos Nambiquara com os não índios está respaldado principalmente nas abordagens teóricas de Marshall Sahlins<sup>(5)</sup>, Max Gluckman<sup>(6)</sup> e João Pacheco de Oliveira

Filho<sup>(7)</sup>. Sob a ótica desses analistas, os agentes de contato que chegaram às terras tradicionalmente ocupadas pelos Nambiquara não são percebidos como fatores externos à vida tribal, mas sim integrantes do cotidiano dos grupos. Portanto, a relação estabelecida entre índios e agentes de contato não é abordada como um fator desintegrador da sociedade, mas como elementos que se entrecruzam à história Nambiquara, ganhando seus modos de viver uma significação acrescentada àquela situação de contato. São eles entendidos como fatores básicos que interagem com os grupos Nambiquara e também como elementos que exercem influência na ordem social.

O conjunto documental aqui abordado fornece à etno-história Nambiquara o seu desenrolar a partir das suas particularidades, de seu universo. Os fatos, ordenados de acordo com os seus esquemas de significação das coisas, buscam a valorização da dinâmica própria dos fenômenos culturais dos Nambiquara e da articulação com a sua história, entrecruzada à de Mato Grosso.

Ao apresentar a trajetória dos Nambiquara dentro do recorte temporal proposto, o presente estudo pretende demonstrar que a atual reconfiguração espacial, empreendida pela Fundação Nacional do Índio em relação às Terras Indígenas destinadas aos índios Nambiquara do Vale do Guaporé, Serra do Norte e Chapada dos Parecis, está relacionada à expansão das frentes econômicas ocorrida desde o início do século XX.

A análise das fontes consultadas torna perceptível que os grupos Nambiquara das três áreas culturais participaram desses empreendimentos, ora admitindo os não índios como aliados, ora concebendo-os como inimigos, demonstrando, nesse último caso, resistência<sup>(8)</sup> ao protelar os avanços no interior de seu território tradicional. Os não índios, ao invadirem as terras Nambiquara, foram inseridos nas redes de aliança e de comércio que se deram principalmente através da troca de mão-de-obra por armas de fogo, alimentos e outros objetos e, também, sob a forma de conflito, em que a sua permanência não dependeu unicamente dos interesses dos

não índios. Com os grupos do Vale do Guaporé, quase que de maneira exclusiva, sob a forma de conflito, através de saques constantes nos empreendimentos agropastoris que se estabeleceram em sua área de ocupação.

A história Nambiquara possui uma dinâmica própria, em permanente inter-relação com outros grupos étnicos como, por exemplo, os Paresi, Rikbaktsa, Enauenê-Nawê, Cinta Larga, vizinhos ao seu território, assim como com os não índios, trazendo elementos culturais estranhos ao seu sistema, e sendo, muitas vezes, submetidos aos seus esquemas e categorias. Esses novos elementos, inseridos no universo Nambiquara, permitem a reestruturação de sua visão sobre a própria cultura. São processos permanentes e ininterruptos de contato de tradições culturais distintas.

Dentro da perspectiva etno-histórica proposta por Ferreira Neto (1997, p. 325), não há uma “história dos ‘vencidos’, já que ‘vencedores’ em determinados aspectos culturais, assinalados por povos conquistados, podem se apresentar também como ‘vencidos’ em outros”. A contribuição teórica de Max Gluckman e de João Pacheco de Oliveira interage com as abordagens de Ferreira Neto, quando encontra e torna-se perceptível, no contato com os grupos étnicos, que entender o outro é perceber a sua dinâmica histórica e não simplesmente idealizá-los.

Edmund Leach afirma que “as sociedades humanas reais são sistemas abertos sem fronteiras”<sup>(9)</sup>, ou seja, são capazes de interagirem com outras, em constantes ações recíprocas. O intrincado tecido histórico, composto por linhas tortuosas das trilhas dos garimpos auríferos do século XVIII e, no século XX, dos seringais, da linha contínua do telégrafo, da descontínua escrita trazida pelos missionários, daquelas que *definitivamente* delimitaram os seus territórios em áreas descontínuas, dentre tantas outras, encurralando-os, determinou elementos culturais que foram incorporados à cultura Nambiquara.

A seleção desses elementos, a forma pela qual passaram a fazer parte da sociedade Nambiquara e como foram imbricados às

suas práticas cotidianas propiciaram a manutenção de seus costumes. Passado e presente mesclam-se e produzem práticas que são reproduzidas nas atividades do dia-a-dia. Por isso sua cultura deve ser entendida como qualquer outra manifestada por não índios, como essencialmente dinâmica.

O povo Nambiquara vive no oeste de Mato Grosso e ao sul de Rondônia, na região compreendida entre as cabeceiras dos rios Tapajós e Guaporé, e é constituído de vários grupos que ocupam espaços ecológicos distintos, com hábitos culturais diferenciados: Serra do Norte, Vale do Guaporé e Chapada dos Parecis. Representam eles pequenas unidades políticas independentes e economicamente auto-suficientes.

Conforme a abordagem de Aryon Rodrigues<sup>(10)</sup>, a família lingüística Nambiquara é independente, sem ligação com quaisquer outras da América do Sul e constitui-se de três línguas faladas: a Sabanê (dos Nambiquara da Serra do Norte), a Nambiquara do Norte (também dos Nambiquara da Serra do Norte) e a Nambiquara do Sul (dos índios do Vale do Guaporé e Chapada dos Parecis).

Esse vasto território que compreende a região tradicionalmente ocupada pelos diversos grupos pertencentes aos Nambiquara, dentre outros povos indígenas, no início do período republicano, era entendido como um *espaço vazio* que necessitava ser integrado aos interesses nacionais direcionados à ocupação populacional e, conseqüentemente, ao desenvolvimento econômico.

Dentre as medidas para efetuar o povoamento e expandir a fronteira econômica de Mato Grosso, Cândido Mariano da Silva Rondon foi encarregado pelo Governo Federal de ligar a capital aos territórios do Amazonas, Acre, Alto Purus e Alto Juruá. A ligação do Estado de Mato Grosso ao do Amazonas, através da Linha de Telégrafo que cruzou o grande divisor das águas das bacias Platina e Amazônica, teve como meta a expansão nacional, a proteção das fronteiras, a ocupação do Centro-Oeste, bem como a integração dos povos indígenas à sociedade nacional.

A Comissão Construtora de Linhas Telegráficas e Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas possibilitou, também, um estudo mais aprofundado da diversidade sócio-cultural por onde passou. Ao longo de seu percurso, manteve contato com diferentes grupos étnicos, com línguas, costumes e saberes próprios, coletando deles um precioso registro etnográfico. Comandá-la, propiciou a Rondon a oportunidade de aprofundar suas relações com os índios de Mato Grosso, iniciadas quando destacado junto ao General Gomes Carneiro para implantação e manutenção do telégrafo de Cuiabá ao Araguaia (1890 a 1900) e, depois, continuadas na implantação da Linha Cuiabá a Corumbá (1900 a 1906).

A realização dos trabalhos de implantação do telégrafo de Cuiabá ao Amazonas, região pouco explorada e conhecida, ensejava a travessia de diversos territórios indígenas, dentre eles os Nambiquara. Três expedições foram realizadas com o intuito de reconhecer o vasto território compreendido pelo *sertão* ao noroeste mato-grossense.

A primeira delas chegou ao rio Juruena em fins de 1907. Rondon, que até aquele momento vinha sendo recebido amistosamente por outros grupos indígenas, foi hostilizado pelos Nambiquara ao se aproximar de suas aldeias. Nessa ocasião os índios retesaram seus arcos em direção aos integrantes da Comissão, sendo Rondon alvo de suas flechas.

Somente a expedição seguinte, mais numerosa e melhor preparada, conseguiu passar pelo território dos temidos e pouco conhecidos Nambiquara e, com grande dificuldade, chegou, em 1908, à Serra do Norte, onde o território e os modos de viver dos Nambiquara começaram a ser paulatinamente conhecidos pelos membros da Comissão Rondon e, algum tempo depois, pela sociedade nacional, através das conferências e da documentação iconográfica produzidas e veiculadas no Rio de Janeiro, principalmente. A *pacificação* dos Nambiquara pode ser caracterizada dentre os mais marcantes eventos da Comissão Rondon, na medida em que contribuiu para redimensionar as estratégias de domínio e de controle

político-econômico do espaço e a sua apropriação simbólica frente às populações indígenas.

Quando Rondon adentrou em seu território, os Nambiquara se encontravam em guerra com seringueiros e povoavam o imaginário dos regionais, envolto por uma pecha de guerreiros ferozes e com hábitos antropofágicos. Desse modo, sua pacificação despertou interesse nacional, tanto que o Museu Nacional, no Rio de Janeiro, enviou vários cientistas para estudar e coletar vasto material etnográfico, botânico, dentre outros<sup>(11)</sup>.

Roquette-Pinto (1935, p. 164), que percorreu o território dos Nambiquara após a passagem de Cândido Mariano da Silva Rondon, no ano de 1912, descreve sua impressão, numa noite de setembro, nas proximidades do rio Primavera, depois de um mês em busca dos Nambiquara.

Dormir, excitado por aquele quadro de mágica, desenrolado a meia-noite? Dormir naquela noite inesquecível em que a sorte me tinha feito surpreender, vivo e ativo, o “homem da idade da pedra”, recluso no coração do Brasil, a mim que acabava de chegar da Europa, e estava ainda com o cérebro cheio do que a terra possui de requintado, na diferenciação evolutiva da humanidade! Que gente é essa, que fala idioma tão diferente das línguas conhecidas, tão diferente da língua dos seus mais próximos vizinhos; que tem costumes tão estranhos aos que vivem perto; que não conhece os objetos essenciais da vida dos seus companheiros de sertão? De onde veio? Por onde passou, que não deixou rastros? Que ligações tem com os outros filhos do Brasil?(12)

Com a criação do Serviço de Proteção aos Índios-SPI, em 1910, a política indigenista ganhou novos rumos. Entre seus objetivos encontravam-se o compromisso de assegurar a assistência e a proteção às populações indígenas do país e tornar seguro o avanço das frentes expansionistas, em especial, naquelas regiões onde havia conflitos com os índios.

A Comissão Rondon criou várias estações telegráficas em território Nambiquara: em Mato Grosso, as de Pontes e Lacerda, Nambikuáras, Utiariti, Juruena (Major Amarante) e Pyreneus de Souza; em Rondônia, as de Vilhena e José Bonifácio. Já em Campos Novos, também em terras dos Nambiquara da Chapada dos Parecis, foi criada uma invernada que consistia em uma espécie de fazenda, com casas, currais, gado e pastos cercados, destinada a refazer as tropas que vinham do Juruena, tornando-se, segundo Roquette-Pinto, no maior centro de atração para os Nambiquara.

Também implantou a Comissão das Linhas Telegráficas, em 1925, o Posto de Atração Urutau, localizado onde a linha telegráfica atravessava o rio Juína, desativado em 1931. Essa tentativa de confiná-los em aldeamentos não obteve êxito. Os Nambiquara vivem em pequenas aldeias, em consonância com o ambiente e de acordo com a maneira como sua sociedade se organiza em função dos estoques de recursos naturais distribuídos pelo seu território, necessários à manutenção de sua sobrevivência, que enseja uma circulação vinculada ao sazonalidade.

Na década de 20, alguns grupos Nambiquara, principalmente os da Serra do Norte, receberam a assistência do Serviço de Proteção aos Índios, direcionada à imposição de trabalhos agropastoris, desconsiderando por completo a organização social desses índios. Os missionários protestantes da South American Mission, no ano de 1924, apareceram na região dos Nambiquara com o objetivo de evangelização, sendo violentamente repelidos pelos índios.

Chegou a vez da borracha que consistiu na exploração mais intensiva, pois a extração do látex nas regiões vizinhas já vinha acontecendo há anos. Silva (1980, p. 45-66) divide o período da extração da borracha (*Hevea brasiliensis*) em Mato Grosso em quatro fases: a *primeira* (1870 a 1872), através da iniciativa privada, atingiu a região do baixo Juruena e Arinos e também os arredores de Diamantino<sup>(13)</sup>. Os seringueiros guerreavam com os índios Nambiquara que combatiam a entrada em seus territórios.



A *segunda fase* (1912-1919) teve o apoio do Plano Brasileiro de Defesa da Borracha, bem como dos integrantes da Linha Telegráfica. Os seringueiros contaram com o trabalho de alguns índios Paresi que, pressionados, abandonaram temporariamente suas aldeias e roças. O declínio da produção de borracha, nessa fase, vinculou-se à produção no Oriente, ocasionando, conseqüentemente, o barateamento do produto nacional.

Os relatórios oriundos dos serviços executados pela Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas trouxeram algumas informações desse período, com dados sobre o contato entre os índios Nambiquara da Chapada dos Parecis e os seringueiros. Nesse período, a exploração da borracha no território dos índios Paresi já havia se iniciado nas proximidades da cabeceira do Juba e em outras localidades, inclusive com a utilização da mão-de-obra desses índios.

Murillo de Campos (1936, p. 62) enfatiza que grupos Nambiquara localizados próximos ao rio Juruena sofreram ataques dos seringueiros e dos Paresi que, armados, os expulsaram dessa região para conquistar mais seringais.

Os Nhambiquaras não cessam de manifestar o seu desagrado pela presença de seringueiros no Tyra-sê. Amassam as canequinhas, roubam apetrechos, derrubam árvores na estrada, atiram pedras, etc. À noite, se aproximam dos ranchos, imitando pássaros e outros animais, que não têm hábitos noturnos. Tudo fazem sem que sejam vistos.<sup>(14)</sup>

A *terceira fase* da borracha (1942-1968) sustentou-se com o financiamento do Banco da Borracha que, em 1950, foi incorporado ao Banco de Crédito da Amazônia S.A. Com o advento da Segunda Guerra Mundial, as relações comerciais com o Oriente foram interrompidas. A produção brasileira recebeu novo incentivo através da *Batalha da Borracha*.

Na análise de Alcir Lenharo, o *dever patriótico* levou trabalhadores às matas, a fim de explorar as seringueiras, em busca

do látex<sup>(15)</sup>. Transformados em seringueiros, foram submetidos à exploração econômica dos seringalistas, seus patrões, bem como às condições precárias de trabalho. Durante essa fase, seringalistas e seringueiros adentraram no interior das matas dos grupos Wakalitesu, Halotesu, Sawentesu e Kithaulhu, da Chapada dos Parecis, abriram estradas, instalaram barracões e colocações para a extração do látex.

A *quarta fase* de exploração da borracha diferenciou-se das anteriores, agora incentivando também a exploração de seringueiras enxertadas, com financiamento da Superintendência do Desenvolvimento da Borracha.

Com a intenção de reservar uma parcela de terra aos Nambiquara, o SPI, em 1942, criou o Posto Indígena Pirineus de Souza para atender aos Nambiquara da Serra do Norte: os grupos Sabanê, Tawentê/Tawanté, Yalakunté<sup>(16)</sup>. Há referência de que entre 1943 e 1968 o Chefe de Posto empregou a mão-de-obra indígena na exploração da borracha, primeiramente através desse convênio firmado entre o SPI e a Rubber Development Corporation, e, posteriormente, sob sua direção. Os seringueiros fizeram contatos com os índios, estabelecendo acordos temporários e ocupando suas matas.

A Linha Telegráfica também permitiu que, pela primeira vez, os missionários protestantes, pertencentes à União Missionária em Terras Sul-Americanas, chegassem ao território dos Nambiquara. Por sua vez, a Missão Santa Teresinha do Mangabal trouxe os jesuítas que se instalaram às margens do córrego Mangabal, afluente do rio Juruena, no território dos Wakalitesu. Mais tarde, em 1945, foi ela transferida para o Utiariti, à margem direita do rio Papagaio. Entretanto, apesar das inúmeras tentativas de evangelização, os Nambiquara mantêm seus rituais realizados pelos curandeiros, tendo por base espíritos ancestrais e sua religiosidade.

Medidas diretas para a ocupação do oeste mato-grossense foram tomadas, beneficiando a produção e o transporte da borracha, contando com o incentivo da presença de um contingente populacional

para trabalhar nos seringais. O governo de Getúlio Vargas, a partir do golpe de 1930, deu início a grandes mudanças econômicas, políticas e ideológicas direcionadas à ocupação do Centro-Oeste e da Amazônia. Com o Estado Novo, a ideologia agrária foi incrementada.

A *Marcha para o Oeste*, através da Fundação Brasil Central, carregou um grande número de pessoas para colonizar os *espaços vazios*, a fim de levar a *civilização* ao leste mato-grossense. Promoveu a abertura de rodovias ligando o Planalto Central às demais regiões do país, além de direcionar uma política às populações indígenas, como tentativa de amenizar os conflitos sócio-culturais e reduzir o desgaste humano gerado pelo impacto entre índios e não índios.

As epidemias representaram uma das maiores causas de mortalidade entre os Nambiquara. Nos rituais, os curandeiros desempenham um importante papel. Através de cantos e da técnica de sucção, são capazes, com o auxílio dos espíritos, de curar as doenças que tradicionalmente os atacam. Entretanto, por desconhecerem a origem das enfermidades que chegaram com os agentes de contato, principalmente o sarampo, a gripe e a tuberculose, bem como as plantas medicinais apropriadas a elas, as possibilidades de restabelecer a saúde através das técnicas tradicionais tornaram-se inviáveis. No ano de 1945, os Nambiquara foram atingidos por uma epidemia de sarampo que causou muitas mortes. Há uma estimativa, apresentada por Paul David Price, de que o número de sua população foi reduzido a 600, quando, no início do século passado, Cândido Mariano da Silva Rondon apresentou uma estimativa populacional de 20.000. Vários grupos se uniram através de laços matrimoniais com o intuito de evitar a completa extinção.<sup>(17)</sup>

A política levada a efeito pelo Departamento de Terras e Colonização do Estado de Mato Grosso, a partir da década de 50, favoreceu a criação de escritórios particulares para a venda de terras ditas devolutas, independentemente de elas serem habitadas por populações indígenas. Sua ação constituiu-se na entrega de imensas glebas a companhias particulares de colonização, firmando contrato

com dezoito companhias, cada uma delas recebendo, no mínimo, duzentos mil hectares. Mais uma vez os Nambiquara tiveram o seu território invadido, pois, entre essas companhias encontravam-se a Industrial Colonizadora Continental S.A. (Decreto nº 1.822, de 25/03/1954) e a Colonizadora Camararé Ltda. (Decreto Nº 1.671, de 10/09/1973), dentre outras. A venda de grandes áreas de terras pelo Estado de Mato Grosso, tanto para pessoas físicas como para empresas, ocorreu sem nenhum critério técnico e total desconhecimento das terras devolutas, ocasionando um tumultuoso processo de ocupação do Mato Grosso ao beneficiar a especulação, a fraude e a violência, especialmente contra os povos indígenas aí existentes.

Essa situação agravou-se pela atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e do Instituto de Terras de Mato Grosso – INTERMAT que expediram títulos de terra sobrepostos. Uma extensa região do território Nambiquara foi atingida por essa ação. Até hoje, muitos proprietários desses títulos exigem indenizações através de ações judiciais junto à Justiça Federal no Estado de Mato Grosso. Não somente o território Nambiquara, mas também os de outras populações indígenas do Estado, foram – e ainda são – alvo dessa inescrupulosa disputa pela terra.

Nesse mesmo período, várias missões religiosas instalaram-se ou consolidaram-se entre os grupos Nambiquara do Vale do Guaporé, Serra do Norte e Chapada dos Parecis, objetivando codificar sua língua para, então, traduzir a Bíblia para o idioma Nambiquara e, finalmente, evangelizá-los. Na Chapada dos Parecis e Serra do Norte, encontrava-se o Summer Institute of Linguistics-SIL<sup>(18)</sup>; no Vale do Guaporé, a Missão Cristã Brasileira entre os Waikisu, Hahaintesu e os grupos do Sararé; a South American Indian Mission entre os Wasusu; no Utiariti, a Missão Anchieta, entre os Halotesu.

A política econômica do governo militar de 1964 trouxe uma série de mudanças para controlar os movimentos sociais no campo e incentivar o desenvolvimento e a consolidação do capitalismo no meio rural. A região amazônica passou a ser alvo de ações governamentais,

através da criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia- SUDAM (Lei nº 5.173, de 27/10/1966) e, em 1967, do Banco da Amazônia S.A., bem como da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO. Essas políticas governamentais, voltadas aos incentivos fiscais, favoreceram a instalação de grandes empresas agropecuárias e madeireiras que atraíram muitos trabalhadores, principalmente para o Vale do Guaporé.

Surgiram denúncias de que algumas empresas empregavam desfolhantes químicos, dentre eles, o Tordon-155, produzido pela *Dow Química*, conhecido como *Agente Laranja*, empregado na guerra do Vietnã. Mesmo com o seu uso proibido pelo Governo Federal brasileiro, em 1977, o Tordon-155 foi jogado através de pequenos aviões, por ocasião do desmatamento, atingindo indistintamente grande parte da região do Vale do Guaporé, inclusive as roças indígenas.

Somente no final dos anos de 1960 o governo brasileiro retomou os trabalhos de demarcação de uma parte do território Nambiquara. Esse processo, até hoje, não se encontra definido. Nesse contexto, a Fundação Nacional do Índio, recém fundada à época, criou a então denominada Reserva Nambikwara, através do Decreto nº 63.368, de 8 de outubro de 1968.

O Estatuto do Índio, Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, sancionado pelo Presidente Médici, regularizou a situação jurídica dos índios, *com o propósito de integrá-los, progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional*, criando categorias que conduzem etapas sucessivas nesse processo integrativo (índios isolados, em vias de integração e integrados). Estas três categorias já haviam sido estabelecidas no século XIX pela Diretoria Geral dos Índios, mais precisamente no ano de 1872.

A atuação do governo brasileiro, diretamente na colonização amazônica, não abandonou o objetivo de colonizar os *espaços vazios*. Para viabilizá-la, criou o Programa de Integração Nacional-PIN. Em 1976, nessa perspectiva, a FUNAI aprovou o Projeto Nambikwara,

com recursos provenientes do PIN, promovendo ações na área de saúde, de desenvolvimento sócioeconômico, de educação e aspectos fundiários. Os Postos Indígenas da FUNAI passaram a contar com recursos advindos desse programa, aplicados na construção de infra-estrutura e implementação de atividades assistenciais direcionadas à integração dos índios à sociedade nacional. Segundo Carelli e Severino, “em apenas 9 dias depois da criação da Reserva, a FUNAI dá início à distribuição de certidões negativas atestando que não havia índios no Vale do Guaporé”.<sup>(19)</sup>

No Vale do Guaporé, os grupos Nambiquara que ocupavam os solos mais férteis permaneceram desprotegidos sem a demarcação de suas terras, por constituírem-se em entrave à expansão dos empreendimentos agropecuários. A colonização dessa região, através do POLAMAZÔNIA, ficou ao encargo das empresas particulares que trouxeram investimentos nacionais e estrangeiros com o objetivo de transformar as terras do Vale do Guaporé num centro produtor agropecuário.

Os grupos Nambiquara do citado vale foram acossados pela forte presença de trabalhadores que participavam de derrubadas gigantescas da floresta, trazendo consigo um surto mortal de malária, afugentando as caças, invadindo seus espaços. Suas roças foram inundadas com sementes de capim, também despejadas por aviões. Os índios responderam com constantes saques aos armazéns das fazendas e aos acampamentos de trabalhadores, inicialmente espalhando os alimentos sobre a terra e inutilizando-os. Depois começaram a carregar as ferramentas, cortar cercas, flechar o gado e deixá-lo apodrecer. Enfraquecidos pelas doenças trazidas pelos não índios, capitularam: aceitaram uma trégua, e a FUNAI iniciou a transferência desses grupos para a região da Chapada dos Parecis, muito desconhecida deles.<sup>(20)</sup> Os grupos Wasusu e Alantesu chegaram a permanecer nessa região por aproximadamente oito meses.

Entretanto, dada a diversidade cultural e ecológica dos ambientes, não conseguiram adaptar-se, retornando às suas aldeias com o auxílio de missionários e sertanistas da Fundação Nacional do

Índio. Os grupos transferidos, com a saúde fortemente debilitada, iniciaram a retirada. No final de 1974 já estavam de volta às aldeias do Guaporé.

Após quase um ano de tentativas forçadas de adaptação a uma situação tão adversa, os Wasusu e Alantesu regressaram ao seu território tradicional. Em relação aos índios dos grupos Negarotê e Mamaindê, aqueles que se retiraram de suas aldeias, no Vale do Guaporé, retornaram aos poucos, no início da década de 80, à região de origem, unindo-se aos que ali permaneceram. No retorno, encontraram parte das matas, antes exuberantes, já derrubadas, ocasionando uma profunda mudança no ecossistema e, em consequência, na cadeia alimentar. As linhas delimitadoras de seus territórios, traçadas pela historicidade dos Nambiquara, novamente recuaram, diminuindo as fronteiras tradicionais.

A tentativa da Fundação Nacional do Índio em equacionar o problema do território dos Nambiquara, mesmo após a redefinição dos limites da Reserva Nambiquara, através do Decreto 73.221, de 28 de novembro de 1973, estendendo-os até o rio Doze de Outubro, com o intuito de abrigar os grupos indígenas da Chapada e também de transferir para o seu interior os grupos Wasusu e Alantesu, do Vale do Guaporé, e os Mamaindê e Negarotê, da Serra do Norte, fracassou. Logo após a assinatura desse decreto, a FUNAI iniciou a emissão de Certidões Negativas, declarando vazia a área do Vale do Guaporé, isto é, sem a presença de índios, portanto, passível de ser ocupada, e os empreendimentos agropecuários de receberem os necessários incentivos fiscais para o seu estabelecimento.

Para solucionar a problemática dessas invasões e na tentativa de criar uma nova imagem, a Fundação Nacional do Índio convidou o antropólogo norte-americano Paul David Price, que havia iniciado seus estudos sobre os Nambiquara, em 1968, para apresentar uma proposta de demarcação do território desses índios, baseada em critérios culturais, ressaltados pelos aspectos lingüísticos. Esses critérios estão fundamentados não apenas na diversidade lingüística, como diferenciadora desses agrupamentos, mas também através dos

laços sociais, trocas econômicas e pelo ecossistema propriamente ditos.

*O processo de movimentação forçada dos grupos, aliado às doenças trazidas por grande número de trabalhadores presentes na região, ocasionou uma grande depopulação ao povo Nambiquara. Dados populacionais levantados apontaram que na época existiam 528 índios Nambiquara, quando, como já referido anteriormente, no início desse mesmo século Cândido Mariano da Silva Rondon estimou a população em 20.000; Artur Ramos<sup>(21)</sup> e Roquette-Pinto, mesmo externando incerteza, calcularam em 1.200. Em expedição às terras Nambiquara no ano de 1938, Lévi-Strauss estimou em cerca de 2.000<sup>(22)</sup>. Ainda no século XX, no final da década de 80, a dúvida persistiu: David Price concordou com a dificuldade em apresentar com certa precisão o número da população no início do contato. Acreditou que havia um total de 5.000 índios Nambiquara<sup>(23)</sup>. No ano de 1997, a população encontra-se em torno de 1.200 índios, de acordo com os últimos dados populacionais apresentados pela FUNAI. Ao contrário, o número de não índios na região torna-se cada vez maior.*

Para efeito de atração, a Fundação Nacional do Índio interditou, no ano de 1974, através do Decreto 74.515, uma região compreendida entre os rios Galera, Sararé e Guaporé, transferindo os grupos Nambiquara denominados Hahaintesu e Waikisu para junto dos grupos aí localizados anteriormente. Entretanto, não se adaptando às novas condições, retornaram às suas antigas aldeias.

Outra tentativa da FUNAI para equacionar a problemática ocasionada pela presença de empreendimentos agropastoris na região dos Nambiquara foi a criação de pequenas áreas independentes, descaracterizando o caráter contíguo do território ocupado pelos grupos Nambiquara. No momento em que ocorria o processo de delimitação dessas pequenas áreas, novamente o órgão tutelar sofreu pressões dos grupos econômicos interessados na região e, em consequência, são ainda mais reduzidas, interferindo de forma profunda na própria organização político-social-econômica.



Mesmo após as demarcações, os problemas continuaram, pois tanto quanto nas tentativas de transferências fracassadas, foram desprezados aspectos fundamentais do universo Nambikwara. Esses índios vivem em pequenas aldeias temporárias, utilizando áreas extensas para as atividades de subsistência, deslocando-se após alguns anos para a recuperação da fauna e da flora. Mesmo após esses deslocamentos, continuam a usar as roças velhas, colhendo os produtos que ainda existam nas aldeias abandonadas. Excluídas as áreas vitais para o grupo, os índios ficaram em áreas ecologicamente esgotadas. Além desses problemas ecológicos, as pequenas áreas independentes não atendiam à organização social dos grupos que mantêm um relacionamento à base de conflitos e alianças, onde se desenvolvem casamentos, visitas, trocas de produtos. As terras contidas entre as pequenas ilhas demarcadas, estando liberadas às atividades de empresas progressistas, criariam um sério obstáculo a esse relacionamento social.<sup>(24)</sup>

Após a reconstituição de um novo grupo de trabalho formado para estudar, de maneira pormenorizada, as características tradicionais de ocupação territorial adotadas pelos grupos Nambiquara do Vale do Guaporé, foi a região considerada como posse permanente dos grupos Hahaintesu, Waikisu, Alakatesu, Wasusu, Negarote, Mamainde e Alantesu.

Os índios Nambiquara do Vale do Guaporé assistiram à chegada dos *kwajato*<sup>(25)</sup>, na região, invadindo suas terras, trazendo práticas agrícolas tão diversas das suas, além da pecuária. O Tribunal Internacional Bertrand Russel, na Holanda, denunciou, em 1980, a situação do Vale do Guaporé, em relação à ocupação ilegal pelas vinte e duas empresas agropecuárias que ameaçaram extinguir os grupos Nambiquara do Vale do Guaporé, condenando o Brasil por genocídio contra os índios.

O governo de João Batista Figueiredo, no início da década de 80, criou o programa POLONOROESTE, financiado pelo Banco Mundial, para atuar nos Estados de Mato Grosso e Rondônia. O processo migratório tornou-se mais volumoso, trazendo um variado

contingente de trabalhadores urbanos, agricultores, pecuaristas, comerciantes e madeireiros.

A pavimentação da rodovia Marechal Rondon, BR-364, financiada pelo POLONOROESTE, trouxe a BR-174, uma alteração de parte de seu traçado inicial, indo de Pontes e Lacerda a Barracão Queimado (local onde o seringalista Antonio Cesário Áscar edificou seu barracão). Esse desvio deixou as terras arenosas da Chapada dos Parecis e passou a cruzar as terras férteis dos grupos do Vale do Guaporé, atendendo aos empreendimentos agropecuários instalados na região.

Essa ação política governamental foi, na época, amplamente divulgada pela imprensa nacional<sup>(26)</sup>. Membros do movimento indigenista brasileiro, indigenistas e antropólogos da FUNAI que atuavam junto aos Nambiquara nesse momento formularam uma denúncia aos diretores do Banco Mundial, financiador das obras de pavimentação da BR 364, sobre as conseqüências que recairiam sobre as populações indígenas marginais à estrada, principalmente a BR-174 que alterou o traçado original da BR-364, cortando as terras do Vale do Guaporé.

Essa situação levou o Banco Mundial a exigir da FUNAI outra solução para a questão indígena. Um novo estudo de identificação e delimitação do território dos grupos do Vale do Guaporé propôs a demarcação de uma área contígua abrigando grande parte das suas aldeias, com exceção daquelas pertencentes ao grupo Katitaulhu. Para esse grupo, propôs-se uma outra área, localizada mais ao sul, próxima ao rio Sararé.

O governo federal, diante dos intensos conflitos pela posse da terra no Vale do Guaporé, encarregou o Exército Brasileiro de executar a demarcação do território Nambiquara. Mas essas novas linhas demarcatórias diminuíram e fragmentaram de maneira drástica o território tradicional desses índios.

A consolidação do processo de colonização na região propiciou, mais tarde, o surgimento, ao longo da BR-174, de crescentes

núcleos urbanos e, com eles, o retorno de garimpeiros às minas do Sararé, além de assentamentos do INCRA no entorno do território Nambiquara. Conseqüentemente, os índios se depararam com as invasões dos grileiros. O município de Vila Bela foi desmembrado nessas últimas décadas, originando outros municípios: Pontes e Lacerda, Nova Lacerda, Conquista d'Oeste, Comodoro, Sapezal e Campos de Júlio.

As terras indígenas localizadas no Vale do Guaporé abriram-se, na década de 80, à extração ilegal da madeira de lei, tornando-se alvo da cobiça desenfreada daqueles que se instalavam nas cidades adjacentes. As invasões aos territórios indígenas são contínuas e, sem que os Nambiquara da Terra Indígena Sararé tenham tido uma trégua, instalou-se a atividade garimpeira, seguindo o caminho dos madeireiros.

Neste mesmo período, a Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, através do pronunciamento do Deputado Dante de Oliveira, denunciou a situação em que passavam os grupos Nambiquara, em especial, os do Vale do Guaporé. Suas palavras têm o propósito de denunciar a atuação da Fundação Nacional do Índio em relação aos Nambiquara no que diz respeito à perda territorial e à *ameaça física*, atribuindo ao órgão tutelar a ação de favorecer o estabelecimento de grupos econômicos nas terras ocupadas por esses grupos.

Os propósitos principais deste pronunciamento são o de denunciar a omissão do órgão tutelar do índio brasileiro: FUNAI, no caso dos Nambiquara, ameaçados em sua integridade territorial e biológica e caracterizar expressamente a política indigenista do mesmo órgão como uma conseqüência de sua transformação num veículo destinado a favorecer os interesses de grandes grupos econômicos.<sup>(27)</sup>

Entretanto, o discurso, pronunciado pelo deputado, proferido com intensa impetuosidade e marcado pelo tom contundente –

principalmente no que diz respeito ao emprego de determinados termos atribuídos aos governantes federal e estadual, bem como ao órgão tutor, denominando-o de *Funerária Nacional do Índio* – não se limitou a denunciar apenas o momento dos Nambiquara. Registrou a situação dos índios Xavante em relação à multinacional Suiá Missu que, na época, detinha em torno de 600.000ha.

O conjunto das palavras proferidas pelo Deputado Dante de Oliveira ligou-se ao momento em que a Fundação Nacional do Índio estudava a reorganização territorial dos grupos Nambiquara do Vale do Guaporé, que somente no ano de 1985 trará a esses índios uma resolução através do reconhecimento, mesmo que representando um fragmento de seu extenso território milenarmente ocupado. Evidenciou a Fundação Nacional do Índio como a responsável pela permanência das agências de contato, com interesses econômicos nas regiões dos índios Nambiquara: “[...] a FUNAI continua sendo a grande benfeitora dos grupos econômicos com interesses no Estado de Mato Grosso, principalmente no tocante às construções das estradas que cortam as áreas indígenas”.<sup>(28)</sup>

Os grupos localizados na Chapada dos Parecis encontram-se com uma área de 1.011.961ha, a Reserva Nambikwara, que apresentava para a Fundação Nacional do Índio, na época, a resolução de grande parte dos problemas pelos quais passavam os Nambiquara: uma vasta região destinada a reunir a maior parte dos grupos Nambiquara, não reconhecendo a diversidade cultural existente entre eles.<sup>(29)</sup>

Esperava-se, com a criação dessa Reserva, que os demais Nambikwara localizados nas férteis terras do Vale do Guaporé (fora da reserva) para lá se transferissem. Evidentemente, uma iniciativa dessas não lograria êxito e, após um certo tempo, os dois únicos grupos que haviam inicialmente concordado com a mudança, os Alantesu e os Wasusu, retornam às suas terras de origem.<sup>(30)</sup>

Com o reconhecimento das terras destinadas aos grupos Nambiquara do Vale do Guaporé (Áreas Indígenas Sararé e Vale do Guaporé) pela Fundação Nacional do Índio a imprensa nacional divulgou com certa regularidade o processo demarcatório, registrando também a reação dos fazendeiros que haviam se instalado nessa região, após a expedição de Certidões Negativas conferidas pelo próprio órgão indigenista federal.

A FUNAI anunciou ontem que dentro de 80 dias deverá estar demarcada a reserva dos índios Nambiquara no Vale do Guaporé, mesmo que os proprietários das fazendas da área resolvam entrar na Justiça contra o valor das indenizações. Ontem os fazendeiros saíram insatisfeitos da reunião com os representantes da FUNAI, pois não concordam em ser ressarcidos apenas das benfeitorias e não pelo valor da terra.<sup>(31)</sup>

A análise referente à chegada das frentes expansionistas ao território ocupado pelos grupos indígenas conduziu a abordagem do presente texto a constatar que ocorreu uma grande mudança na dimensão territorial desses índios. Além disso, apontou para a percepção de que a atual reconfiguração efetuada a partir dos estudos demarcatórios empreendidos pela Fundação Nacional do Índio, desde o final da década de 60, de certa maneira esteve atrelada aos interesses dos empreendimentos agropastoris que se instalaram intensamente no Vale do Guaporé a partir de 1970.

Do imenso território tradicional com áreas contíguas, que outrora abrigava os grupos Nambiquara, alguns deles extintos, o que resta hoje está agora dividido em nove áreas, algumas não contínuas: Terra Indígena Pyreneus de Souza, com 28.212,2761 hectares; Terra Indígena Nambikuara, com 1.011.961,4852 hectares; Terra Indígena Vale do Guaporé, com 242.593 hectares; Terra Indígena Lagoa dos Brincos, com 1.845 hectares; Terra Indígena Taihãtesu, com 5.362 hectares; Terra Indígena Pequizal, com 9.886,8211 hectares; Terra Indígena Sararé, com 67.419,5158 hectares; Terra Indígena

Tirecatunga, com 130.575 hectares e Terra Indígena Tubarão-Latundê<sup>(32)</sup>, com 116.613,36 hectares.

Pequenas áreas de valor significativo para os Nambiquara, Lagoa dos Brincos, Pequizal e Taihãntesu, foram identificadas, demarcadas e agregadas à Terra Indígena Vale do Guaporé, no decorrer dos anos de 1980 e 1990, formando uma área contínua. A Lagoa dos Brincos é o lugar onde os Mamaindê e Negarotê coletam uma concha destinada à confecção de brincos, de uso feminino e masculino; a Terra Indígena Pequizal foi criada com o objetivo de proteger o fruto do pequi (*Caryocar brasiliense St. Hil.*), o elemento primordial que solidifica a identidade cultural dos Alantesu e que os autodenomina como o *povo do pequi*. Nessa área há uma extensa reserva nativa de pequizeiros, cujos frutos, depois de cozidos, são destinados à produção de uma bebida muito apreciada por eles; Taihãntesu, local onde se encontram as cavernas sagradas, é, para o grupo Wasusu, a morada das almas após a morte.<sup>(33)</sup>

O processo de ocupação ilegal de territórios indígenas está não somente nas páginas da história dos Nambiquara, mas também integra a trajetória de trinta e oito outras etnias de Mato Grosso, interferindo na sua vida cotidiana, privando esses povos das suas melhores terras, de serem livres e culturalmente distintos.

## NOTAS

- (1) Doutoranda em História pela Universidade Federal de Pernambuco, Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, Professora do Centro Universitário – UNIVAG e Pesquisadora da Fundação Nacional do Índio.
- (2) Depoimento de Etreca Wasusu, um Nambiquara do Vale do Guaporé a Silbene de Almeida. **Ação de Desapropriação Indireta** 96.0001618-6. Autores: Célia Tenório de Brito Siqueira e outros. Cuiabá: Justiça Federal de Mato Grosso, 2ª Vara, v. 2, 1996, p. 503.
- (3) Para conhecer o acervo que compõe os estudos produzidos pela Comissão Rondon consultar o MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Conselho Nacional de Proteção aos Índios. **Catálogo geral das publicações da Comissão Rondon e do Conselho Nacional de Proteção aos Índios**. Publicação n 96. Rio de Janeiro: Brasil, 1946. Dentre as instituições mato-grossenses, a Biblioteca da Casa Barão de Melgaço, em Cuiabá, possui um grande número dessas publicações, inclusive há disponível para consulta o referido catálogo.
- (4) FERREIRA NETO, Edgard. História e Etnia. CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro : Campus, 1997, p. 313-328.
- (5) SAHLINS, Marshall. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1997.
- (6) GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. FELDMANN-BIANCO, Bela (Org.) **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987, p. 227-305.
- (7) OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. **O nosso governo: os Ticuna e o regime tutelar**. São Paulo / Brasília : Marco Zero / MCT/ CNPq, 1988.
- (8) Neste estudo, a palavra resistência indica a oposição e/ou reação manifestada, não necessariamente pelo uso de armas, a uma força invasora aos territórios e modos de viver dos Nambiquara.

- (9) LEACH, Edmundo. *Anthropos*. Enciclopédia Einaudi (*Anthropos/Homem*). Lisboa : Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1985, p. 16. *Apud* FERREIRA NETO, **História e Etnia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 323.
- (10) RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. **Línguas brasileiras**: para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Loyola, 1986, p. 74-76 (Coleção Missão Aberta).
- (11) RONDON, Candido Mariano da Silva. **Conferências realizadas em 1910 no Rio de Janeiro e em S. Paulo**. Publicação n. 68. Comissão de Linhas Telegraphicas Estrategicas de Matto Grosso ao Amazonas. Rio de Janeiro : Typographia Leuzinger, 1922. RONDON, Candido Mariano da Silva (Direção). **Missão Rondon**. Apontamentos sobre os trabalhos realizados pela Comissão de Linhas Telegraphicas Estrategicas de Matto-Grosso ao Amazonas. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1916.
- (12) ROQUETTE-PINTO. Edgard. **Rondônia**. 3<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. Brasileira, Série V, v. XXXIX, 1935 (Biblioteca Pedagógica Brasileira).
- (13) SILVA, José de Moura e. **Diamantino**: Documentário 1980. 2<sup>a</sup>. ed. Diamantino-MT : Edição do Autor, 1980.
- (14) Murillo de Campos, médico que integrou a Comissão de Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas, também descreveu a relação entre os índios Nambiquara e os seringueiros. CAMPOS, Murillo de. **Interior do Brasil** – Noroeste de Matto-Grosso – Do Rio de Janeiro a Cuyabá através de Goyaz – O vale do Juruena – Tapajóz – Notas Medicas e Ethnographicas. Rio de Janeiro: s.n., 1936.
- (15) LENHARO, Alcir. A terra para quem nela não trabalha (a especulação com a terra no Oeste brasileiro nos anos 50). **Revista Brasileira de História**. Terra e Poder. São Paulo, Editora Marco Zero / Associação Nacional dos Professores Universitários de História, v. 6, nº 2, 1986.



(16) PRICE, Paul David. La pacificación de los Nambiquara. **América Indígena**, v. XLIII, nº 3, p. 601-628, jul./sept. 1983, p. 616.

(17) Em relação aos casamentos entre os grupos Nambiquara, estes não existiam primeiramente. Lídio Halotesu, casado com uma Halotesu, relatou em entrevista realizada na aldeia Sapezal, Terra Indígena Nambiquara, no dia 05/06/1999 que “primeiro não misturá. Não mistura não! Pessoal dele um! Pessoal nosso outro! Kithaulhu um! Sawentesu outro! Não mistura não. Agora tá tudo misturado. Agora misturado. Essa história, essa mistura, quer dizer que outro lá, outro lá, Kithaulhu, tá lá. Ele [Kithaulhu] veio. Espiou moçada de Halotesu, né? Aí mistura. Mistura Manduca, que está aqui junto com nós. Manduca misturou, entrou no meio de nós”.

(18) O SIL chegou ao Brasil no ano de 1956 e possui sedes em Brasília, Cuiabá, Porto Velho, Belém e Manaus. Em 1975, declarou possuir 63 bases entre os índios no Brasil.

(19) CARELLI & SEVERIANO, Milton. **Mão branca contra o povo cinza: vamos matar este índio?** Centro de Trabalho Indigenista. Brasil Debates, 1980, p. 11.

(20) Integrantes de duas aldeias Halotesu, da bacia do alto Formiga, denominadas Alto Formiga e Bacaiuval, foram também transferidos para o interior da Reserva Nambikwara. Entretanto, em consequência de suas novas aldeias estarem situadas no limite da Reserva, continuaram utilizando seu território tradicional para a sua subsistência. Hoje, mesmo estando esses campos ocupados pela plantação da soja, a pedido dos índios, o fazendeiro protegeu com cercas o antigo pátio da aldeia onde está localizado o cemitério, freqüentado regularmente pelos índios.

(21) Consultar RAMOS, Arthur. **Introdução à Antropologia Brasileira**. As culturas não-européias. Rio de Janeiro, 1943, p. 245 (Estudos Brasileiros da CEB) e ROQUETTE-PINTO. Edgard. **Rondônia**, p. 213 (Biblioteca Pedagógica Brasileira).

(22) LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Trópicos**. Perspectivas do Homem. Lisboa : Edições 70, 1979, p. 302. O antropólogo brasileiro

Luiz de Castro Farias, recentemente falecido, representante, na época, do Museu Nacional e do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil, integrou a expedição chefiada por Claude Lévi-Strauss no ano de 1938. Luiz de Castro Farias doou seu acervo fotográfico e cadernos de campo ao Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), no Rio de Janeiro. Para conhecer as impressões de Luiz de Castro Faria, consultar a obra de sua autoria intitulada *Um outro olhar: diário da expedição à Serra do Norte*, editada no ano 2001 pela Editora Ouro Sobre Azul. No ano 2000, uma pequena, mas significativa parcela dessa documentação fotográfica foi apresentada na Casa da Ciência, no Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e no Museu de Astronomia e Ciências Afins através da exposição *Retrato Brasileiro dos Tristes Trópicos*.

(23) PRICE, Paul David. **Nambikwara society**. 1972. Tese (For the degree of Doctor of Philosophy). Department of Anthropology, Faculty of the Division of the Social Sciences. Chicago, Illinois, p. 18.

(24) MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Fundação Nacional do Índio. Regularização Fundiária da Área Indígena Pequizal/MT, de 06/03/1991

(25) Designação atribuída aos não índios pelos Nambiquara, significando *comedores de feijão*.

(26) CARELLI, Vincent; SEVERIANO, Milton. *Op. cit.* OLIVEIRA, Dante de. **Governo extermina índios Nambiquara**. Cuiabá : Assembléia Legislativa de Mato Grosso, 1980.

(27) ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. Estado de Mato Grosso. **Governo extermina os índios Nambiquara**. Discurso pronunciado pelo Deputado Dante de Oliveira na Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, em 11/06/1980, s/ed.

(28) ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, p. 9.

(29) Há referências históricas de que os Nambiquara ocupavam imemorialmente uma vasta região de aproximadamente 5.500.000 ha. Consultar MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Fundação Nacional do Índio. **Regularização Fundiária da Área Indígena Pequizal/MT**, de 06/03/1991.

(30) MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Fundação Nacional do Índio. **Regularização Fundiária da Área Indígena Pequizal/MT**, de 06.03.1991.

(31) Confirmada a demarcação. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 30 jun. 1983. Ver também "Fazendeiros são contra a demarcação de áreas no Guaporé". **Diário de Cuiabá**. 30 jun. 1983.

(32) A Terra Indígena Tubarão-Latundê localiza-se no estado de Rondônia, onde habitam os índios Aikanã (Tupi-mondê) e um dos grupos Nambiquara denominado Latundê.

(33) Para conhecer mais sobre as cavernas sagradas dos Nambiquara do Vale do Guaporé, ler RELATÓRIO elaborado por Maria Clara Migliácio e Marcelo Óppido Fiorini: **Taihãntesu**: preservação de um santuário indígena. Vilhena: Administração Regional de Vilhena, Fundação Nacional do Índios, 1988.